Contrato

É celebrado o presente contrato para a aquisição de Tape Library Dual Drive e 20 Tapes DLT9, para a Entidade Orçamental, na sequência de procedimento por “Ajuste Direto”, tramitado nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, e da decisão de adjudicação e aprovação da minuta datada de 21/04/2025 praticada por despacho do Senhor Diretor Geral da Entidade Orçamental, licenciado Vitor Jaime Pereira Alves, ao abrigo no uso das competências próprias conferidas pelo Despacho n.º 4136-A/2025, publicado no DR, II Série, n.º 64, de 01 de abril, entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: **Entidade Orçamental**, adiante designada por **EO**, sita na Rua da Alfândega, n.º 5, 1149-004 Lisboa, NIPC n.º 600015300, representada neste ato pelo Senhor Diretor-Geral da Entidade Orçamental, licenciado Vitor Jaime Pereira Alves, no uso das competências próprias conferidas pelo Despacho n.º 4136-A/2025, publicado no DR, II Série, n.º 64, de 01 de abril, e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicado por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

e

SEGUNDO OUTORGANTE: **NEARTEL – Soluções em Telecomunicações, Lda.** com sede na Rua dos Lagos, n.º 12, Venda do Pinheiro, Mafra com o N.I.P.C. 503 653 764, representada neste ato por Luís Miguel de Barros Carvalho, na qualidade de representante legal, o qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento junto ao processo.

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente contrato compreende as cláusulas, que tem por objeto a aquisição de Tape Library Dual Drive e 20 Tapes DLT9 para a Entidade Orçamental, conforme as características e requisitos constantes da Parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Prazo de Execução

O contrato produzirá efeitos no dia útil imediato à sua outorga, vigorando pelo período de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias, que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 3.^a

Preço Contratual

O preço contratual é de € 17 726,97 (dezassete mil, setecentos e vinte e seis euros e noventa e sete cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.^a

Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o Adjudicatário deve apresentar à Entidade Adjudicante a(s) correspondente(s) fatura(s) com uma antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
2. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos trinta dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
3. O adjudicatário deverá proceder ao envio da faturação eletrónica conforme indicações definidas no Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril.
4. A solução adotada pela EO é o portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública (FE-AP), acessível em www.feap.gov.pt, e será através da mesma que todas as faturas deverão ser encaminhadas pelo adjudicatário.
5. O(s) documento(s) de faturação deve indicar de forma discriminada o valor correspondente às horas efetivamente consumidas e o respetivo número de compromisso facultado no ato de adjudicação.
6. Em caso de discordância por parte da EO, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços a prestar os devidos esclarecimentos ou a proceder a emissão de fatura corrigida.

7. Só serão devidos os valores referentes às tarefas efetivamente prestadas e aceites nos termos do presente caderno de encargos.
8. Sem prejuízo do previsto no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 agosto, em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da entidade adjudicante, o adjudicatário tem direito a juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Gestor Contrato

1. Para efeitos de acompanhamento do contrato a celebrar, é designado o licenciado _____, Entidade Orçamental.
2. Ao gestor designado no número anterior, são delegados os poderes para a adoção das medidas a que se refere o n.º 3 do 290.º-A, do CCP, na sua redação atual

Cláusula 5.ª

Disposições Finais e Transitórias

3. O presente contrato foi precedido de procedimento de “Ajuste Direto” ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), autorizado por despacho de 25/03/2025 do senhor Diretor Geral do Orçamento, no âmbito das competências próprias.
4. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada [n.º 1 do artigo 98º do CCP] por despacho de 21/04/2025 do Senhor Diretor-Geral da Entidade Orçamental, tendo sido precedida da respetiva adjudicação, por despacho da mesma data e mesma entidade, nos termos do n.º 1 do artigo 73.º do CCP.
5. O encargo para o presente ano, será suportado pelo orçamento da Entidade Orçamental, na rubrica Classificação Económica da Despesa 07.01.07.A0.C0, sob o n.º de cabimento FS42500051, de 06/03/2025 e compromisso n.º FS52500076.
6. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
7. Depois de o segundo outorgante ter feito prova de que tem a situação regularizada, relativamente a dívidas por impostos e por contribuições à Segurança Social, este contrato é elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes, os quais

declararam celebra-lo livremente, pelo que vai ser assinado pelos representantes de ambas as partes.

Fazem parte integrante deste contrato:

- a) Caderno de encargos e Convite do procedimento;
- b) A proposta adjudicada;
- c) Declaração emitida pelo Serviço Segurança Social, de que a situação contributiva do adjudicatário está regularizada perante a Segurança Social;
- d) Certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira, comprovativa de que a situação contributiva do adjudicatário está regularizada;
- e) Fotocópia da certidão de registo comercial do adjudicatário;

O presente contrato é elaborado num único exemplar, em suporte informático, e assinado pelos representantes de ambos os outorgantes por aposição de assinatura eletrónica, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP, considerando-se datado e válido com a aposição da última assinatura.

Pelo primeiro outorgante,

Jaime Alves
Digitally signed by Jaime Alves
DN: c=PT, title=Diretor-Geral, o=Entidade
Orçamental, sn=Pereira Alves,
givenName=Victor Jaime, cn=Jaime Alves
Date: 2025.05.08 11:06:59 +01'00'

Pelo segundo outorgante,

Assinado por: **Luís Miguel de Barros Carvalho**
Num. de Identificação:
Data: 2025.05.06 08:48:44+01'00'